CONECTE-SE!
REVISTA INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO
Pró-reitoria de Extensão | PUC Minas

Ações extensionistas no enfrentamento à violência relacionada ao trabalho: experiência do pet-saúde na atenção primária

Luana Matheus[1]
Eryckson Adauto Gomes Nascimento[2]
Luisa Carolina Ferreira Da Silva[3]
Bruna Silva Dos Santos[4]
Márcia Da Silva Anunciação Lazarino[5]
Margarete De Fátima Oliveira[6]

RESUMO

Este relato de experiência tem o objetivo de descrever oficinas realizadas com profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS), pelo PET-Saúde, para validar uma cartilha sobre violência no mundo do trabalho. As atividades visaram fomentar o reconhecimento das múltiplas formas de violência, publicizar ações de enfrentamento e promover diálogo e acolhimento. A experiência reforçou a extensão universitária como prática educativa situada em diálogo com a comunidade, promotora de cuidado e estratégia de resistência e transformação.

PALAVRAS-CHAVE: violência no trabalho; SUS; extensão universitária; saúde do trabalhador; atenção primária à saúde.

University extension actions in addressing work-related violence: the pet-saúde experience in primary health care

ABSTRACT

[1] Doutoranda em psicologia, docente na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Email: lusouza93@gmail.com.
[2]Graduando em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *campus* Betim. Email: eryckagn@gmail.com.
[3]Graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *campus* Betim. Email: luuisaa.ferreira2@gmail.com.
[4]Graduanda em Fisioterapia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *campus* Betim. Email: 05brunas@gmail.com.
[5]Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção e da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais. Email: mslazarino@gmail.com.
[6]Graduação em Psicologia. Email: margareteoliveira16@gmail.com.

This experience report aims to describe workshops conducted with Primary Health Care (PHC) professionals, by PET-Saúde, to validate a booklet on violence in the world of work. The activities aimed to foster recognition of multiple forms of violence, publicize coping strategies, and promote dialogue and support. The experience reinforced university extension as a situated educational practice in dialogue with the community, a promoter of care, and a strategy for resistance and transformation.

KEYWORDS: workplace violence; SUS; university extension; occupational health; primary health care.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho, para além de meio de subsistência, é espaço de construção de identidade e relações. No entanto, tem sido atravessado por múltiplas formas de violência que afetam o bem-estar e a saúde das(os) trabalhadoras(es)[7]. Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization; Lloyd's Register Foundation; Gallup, 2022), 22,8% dos trabalhadores relataram experiências de violência e assédio no trabalho, indicando que essas situações são recorrentes e compartilhadas, especialmente no contexto da saúde. Compreendemos, portanto, a violência e o assédio no trabalho não como situações isoladas e individualizadas, mas como fenômenos recorrentes e compartilhados.

Seguindo as pistas de Pereira, Bertussi e Junqueira (2023), percebemos que na área da saúde esse cenário é bastante preocupante. Profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) enfrentam, cotidianamente, situações de violência, muitas vezes naturalizadas e silenciadas, especialmente aquelas que ocorrem no interior das relações institucionais, como o assédio moral praticado por gestores; as institucionais, perpetradas pelas condições de trabalho; e aquelas provocadas por usuários em situação de sofrimento e desamparo. A ausência de protocolos específicos, associada à precarização das condições de trabalho e à invisibilidade de certas formas de violência, contribui para a subnotificação e a perpetuação desses eventos.

[7] Optamos pela forma "trabalhadoras(es)", com o feminino em primeiro lugar, como posicionamento de gênero: nomear as mulheres no texto contribui para torná-las visíveis, sobretudo na área da saúde, composta majoritariamente por elas, como discutido adiante.

Diante desse panorama, no projeto Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) de 2024-2026, foi proposto um projeto que tem como objetivo a implantação de um protocolo para combater a violência contra trabalhadoras(es) do SUS, em um município da região metropolitana da região Sudeste do Brasil. Nesse sentido, apostamos na extensão universitária como forma de resistência e produção de estratégias de enfrentamento às diversas formas de violência às quais são submetidas diariamente trabalhadoras do SUS.

A partir da experiência de extensionistas do PET-Saúde de prevenção à violência, o presente texto tem como objetivo relatar a realização de oficinas com profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) para validar a produção de uma cartilha que teve como objetivo fomentar o reconhecimento das múltiplas formas de violência que atravessam o cotidiano de trabalho no SUS, além de publicizar as ações a serem tomadas e demonstrar os tipos de violência que podem ser reconhecidos nesse contexto. A partir dessa experiência, pretende-se refletir sobre a importância da extensão universitária como prática educativa situada, promotora de cuidado e esperança ética no contexto de saúde pública. Sustentamos que, para o enfrentamento de uma questão tão complexa, é necessário o envolvimento articulado de diferentes setores e atores da rede.

1.1 VIOLÊNCIA E TRABALHADORAS DA SAÚDE

De acordo com a OMS ([2024]), define-se violência como:

> [...] o uso intencional de força física ou poder, em forma de ameaça ou real, contra si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, desenvolvimento deficiente ou privação.

Sendo assim, tal ato abrange diferentes contextos e pode acontecer em qualquer ambiente, inclusive no âmbito do trabalho. No contexto laboral, Oliveira e Nunes (2008) afirmam que a violência relacionada ao trabalho pode ser definida como um ato intencional contra um indivíduo ou grupo, resultando em prejuízos que afetam diretamente a saúde e a segurança do trabalhador. Ademais, esta pode ser classificada de diversas formas: física, psicológica, simbólica, moral ou sexual e, muitas vezes, está relacionada às condições organizacionais e às dinâmicas de poder no ambiente de trabalho (Santos *et al*., 2021).

Dentre as violências no ambiente de trabalho, o assédio moral se caracteriza por geralmente acontecer em ambientes hostis e de alta competitividade. Ele se diferencia de uma agressão física por serem atitudes que visam atacar a integridade e a dignidade física ou psíquica do trabalhador. Tem-se como eixo: a forma repetitiva, a intencionalidade, a humilhação e a discriminação; assim, são práticas recorrentes: a difamação, o isolamento e a desestabilização. Ainda, pode-se subdividir em quatro tipos de assédios, sendo o mais comum descendente ou vertical, quando o ataque acontece de um gestor ao seu subordinado (Hirigoyen, 2002 apud Guarany; Nunes; Valentim, 2024, p. 509).

Em alguns setores, os profissionais estão mais expostos a situações de violência, como no setor da saúde (Santos *et al*., 2021). Isso acontece porque os profissionais estão em contato direto com pacientes e acompanhantes, os quais se encontram em situações de sofrimento, dor, urgência ou conflito. Desse modo, é potencializada a ocorrência de episódios agressivos, tanto verbais quanto físicos (Santos *et al*., 2021). Ademais, áreas compostas majoritariamente por mulheres, como na área da saúde, e a hierarquização das relações laborais agravam a vulnerabilidade das trabalhadoras (Oliveira; D'Oliveira, 2008).

Portanto, analisar a violência no trabalho torna-se essencial, visto que tem consequências significativas para a saúde física e mental dos profissionais. Santos *et al.* (2021) e Dement *et al.* (2014) mostram que as trabalhadoras expostas à violência apresentam maior probabilidade de desenvolver *burnout*, estresse ocupacional, distúrbios do sono e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Além disso, esse cenário contribui para o aumento do absenteísmo e a insatisfação no trabalho; logo, compromete tanto a saúde dos profissionais quanto a efetividade do sistema de saúde (Dement *et al.*, 2014).

De forma geral, a Constituição Federal serve como base para a proteção de trabalhadoras(es) contra qualquer forma de tratamento degradante ou violento (Brasil, 1988). Embora não trate diretamente da violência no trabalho, seus princípios constitucionais fundamentam a ideia de respeito e condições dignas de trabalho, essenciais à prevenção e ao combate da violência laboral. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece obrigações do empregador quanto à segurança e saúde no trabalho, conforme o Art. 157 (Brasil, 1943). Complementarmente, as Normas Regulamentadoras (NRs) visam assegurar ambientes

laborais seguros, ainda que tratem a violência de forma indireta e careçam de dispositivos específicos (Brasil, 2023a). Nesse sentido, projetos de lei como o PL 4022/2023 (Brasil, 2023b), que propõe maior proteção aos profissionais de saúde, evidenciam uma sensibilidade crescente do legislativo à vulnerabilidade dessas trabalhadoras, embora persistam fragilidades na garantia efetiva de sua proteção.

Segundo a Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil, realizada pela Fiocruz em parceria com o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), aproximadamente 19,7% dos profissionais de enfermagem afirmaram já ter sofrido violência no ambiente de trabalho. Outros 9% relataram que vivenciam esse tipo de situação ocasionalmente, enquanto 61,9% disseram não ter sofrido violência laboral (FIOCRUZ; COFEN, 2013). O fato de uma parcela significativa dos profissionais de saúde já ter sofrido violência no trabalho sugere que a legislação existente, embora aplicável, pode não ser suficiente para coibir efetivamente essas ocorrências e garantir a segurança dessas trabalhadoras.

Somada a isso, a especificidade da violência no setor da saúde, muitas vezes relacionada ao atendimento de pacientes em situações de estresse e vulnerabilidade, pode demandar abordagens legais e preventivas mais direcionadas (Santos *et al*., 2021). A aprovação de leis específicas e protocolos poderia estabelecer medidas mais rigorosas de prevenção, proteção e punição para atos de violência contra profissionais de saúde, construindo um ambiente de serviço seguro e livre de violência.

2 METODOLOGIA

Considerando as discussões sobre as diferentes formas de violência que permeiam o ambiente de trabalho, apresentamos um estudo de natureza descritiva, do tipo relato de experiência, a partir da realização de oficinas voltadas à discussão sobre violência e trabalho e à validação de uma cartilha com informações e reflexões sobre o enfrentamento das violências vivenciadas por trabalhadoras(es) do SUS. A cartilha foi produzida por extensionistas, preceptoras e tutora vinculadas ao PET Saúde 2024-2026, dentro do eixo “valorização das

trabalhadoras e futuras trabalhadoras no âmbito do SUS, saúde mental e as violências relacionadas ao trabalho na saúde".

O desenvolvimento do material teve início com uma atividade formativa, baseada em revisão narrativa de literatura e discussão em equipe. Identificamos a necessidade de um instrumento de divulgação para a conscientização sobre a violência no trabalho, que só poderia ser disseminado após validação junto à população-alvo. Assim, realizamos duas oficinas em unidades distintas da APS de um município de médio porte da região Sudeste do Brasil.

Reconhecendo o trabalho como elemento central na constituição das subjetividades e a violência como tema sensível, optamos por preservar o sigilo das participantes e do município, de modo a evitar exposições e possíveis revitimizações. Para preparar a equipe de extensionistas, promovemos duas atividades de formação: uma sobre comunicação não violenta e outra sobre comunicação em saúde. Além disso, os extensionistas acompanharam as preceptoras em reuniões de apoio matricial na APS, nas quais foram discutidas as violências no trabalho e seus impactos na saúde mental.

A escolha das unidades baseou-se em indicações das preceptoras, considerando relatos de situações de violência vivenciadas pelas profissionais. As oficinas foram planejadas com foco em diálogo e acolhimento, com duração de 1h30 e até 20 participantes, reunindo diferentes categorias profissionais da Unidade. Inicialmente, seria proposta a construção coletiva de cartazes com compreensões sobre a violência no trabalho, servindo de base para discussão, utilizando a cartilha como ferramenta. No entanto, já na primeira oficina, após as apresentações, a espontaneidade do grupo redefiniu o percurso, tornando o espaço de fala livre. Esse formato foi mantido na segunda oficina.

Todos os assuntos tratados foram registrados em relatórios elaborados pelos extensionistas. Além das sugestões orais, os participantes responderam a um questionário previamente elaborado, entregue após a leitura da cartilha, com prazo de sete dias para devolução. Um responsável foi definido em cada unidade para recolher os questionários e encaminhá-los às preceptoras. Os dados foram organizados em planilha e analisados por preceptoras e extensionistas, subsidiando a versão final da cartilha. A discussão e os resultados

apresentados partem, portanto, das análises do diário de campo da equipe durante a realização das oficinas.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Segundo Martín-Baró (1996, p. 7), psicólogo latino-americano, uma intervenção efetiva dentro de um dado contexto só poderá ter êxito com o conhecimento sobre o local, as pessoas e a cultura daquele ambiente; logo, “o trabalho profissional do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender”. Nesse sentido, torna-se válido expor que isso se estende para além do trabalho do psicólogo; quando se pensa em saúde, é inerente dessa práxis uma atuação inter e multidisciplinar. Pensando nisso, as oficinas de discussão sobre violência e trabalho no SUS, visando à validação e ao aprimoramento das cartilhas, foram elaboradas buscando possibilidades de trazer a comunidade ao debate, nesse caso específico, os profissionais da APS.

Com os registros por escrito realizados pela equipe referente aos principais pontos discutidos em cada oficina, percebemos que esses agentes do SUS relatavam várias formas de violência. Em especial, apareceram nos relatos situações de violência exercida pelos gestores, uma violência velada na estrutura e organização do trabalho, permeada por precariedades e sobrecargas e vivenciadas por usuárias do SUS. Sobre isso, Guarany, Nunes e Valentim (2024) demonstram que a violência mais comumente vivenciada no ambiente de trabalho é a de gestores em relação a seus subordinados. Contudo, acompanhando as pistas de Santos *et al.* (2021), percebemos que há especificidades na violência de trabalhadoras da saúde como, por exemplo a violência praticada por usuários e usuárias da rede.

À vista disso, não foi incomum durante a exposição da cartilha a percepção de que algumas situações anteriormente vividas pelos agentes das APS 's foram violências, mesmo que sem o toque físico, foram agressões que trouxeram reverberações negativas em âmbitos psicológicos, sociais e outras. Isso se destaca como ponto sensível percebido a partir da escuta, como os profissionais estão expostos a violências que muitas vezes não são percebidas como

violências. Por vezes, relatos de verbalizações que lhes são atribuídas como xingamentos, desvalorização de sua atuação, e violência do cunho racial e de gênero.

Por meio dos relatos dos profissionais, tornou-se possível observar que problemáticas antigas ainda ecoam na rotina de trabalhadoras(es) do SUS. Como demonstrado em pesquisas anteriores (Duarte; Camargo; Soares, 2023; Pereira *et al*., 2023), ainda se destaca o exacerbado nível de estresse que permeia o ambiente de trabalho e a ocorrência de adoecimento mental. Nos relatos, foi possível perceber que os profissionais salientam a pressão psicológica nas relações de trabalho, os desafios encontrados na relação com o paciente e outras formas de violência como a física e o assédio moral. Acompanhamos as pistas de Mendonça *et al*. (2018) que alertam para a importância da prevenção a partir das microviolências, essas que ficam menos claras e muitas vezes não são identificadas como tal.

No diário de campo e vivência da equipe, chama a atenção que, em meio a relatos intensos e árduos, percebemos sugestões para minimização das problemáticas que se apresentaram. Nesse sentido, a oficina se constrói como espaço viável para a construção de novas perspectivas e caminhos possíveis em meio à desesperança e dificuldade, se tornando um catalizador de saúde. Afonso e Fadul (2015) apresentam a metodologia das oficinas como possibilidade para fortalecimento do grupo e de processos participativos, uma vez que promove a sensibilização, o diálogo, a desconstrução e construção de sentidos, identidades e relações sociais. Percebemos, na condução das oficinas que a articulação de rede e a possibilidade de criação em conjunto entre os participantes são mecanismos possíveis de identificação e formas de lidar com a violência, podendo funcionar como estratégia de saúde.

Para Oliveira e Nunes (2008, p. 22), “o aumento de situações de violência no âmbito do trabalho vem se constituindo um importante problema de Saúde Pública, que tem impacto na dignidade e na qualidade de vida dos trabalhadores”, desse modo, frente aos desafios, os profissionais têm se encontrado em desamparo. Assim sendo, por meio das ações de enfrentamento à violência no SUS realizadas pelo grupo, um local de fala foi inicialmente desenvolvido, quando tornou-se possível chegar à reflexão sobre as situações vivenciadas, e destacar a importância da elaboração de ferramentas metodológicas em prol de mudanças no cenário atual desses profissionais. De acordo com Ribeiro, Amaral e Staliano (2015), o trabalho

em saúde é fonte de prazer e, de alguma forma, traz realização para os profissionais atuantes; porém, também tem se tornado fonte de sofrimento, em que cada vez mais o esgotamento profissional tem passado a ser comum, e efeitos negativos do trabalho na qualidade de vida dos indivíduos que atuam na área tem aumentado.

Após a realização dos encontros, tornou-se possível perceber que cada equipe de profissionais pôde se expressar de maneiras distintas, porém levantando perspectivas e desafios cotidianos bastante similares no que diz respeito ao exercício de sua profissão no território. Dessa forma, durante a realização das oficinas, questões sensíveis que perpassam pela temática da violência relacionada ao trabalho foram evidenciadas e, além disso, os profissionais presentes puderam dizer ativamente de suas experiências no âmbito laboral, e ainda realizar sugestões que, de certa forma, trariam enriquecimento à cartilha, que foi apresentada posteriormente no momento final das oficinas, para que houvesse o agrupamento de informações sobre a visão que as(os) trabalhadoras(es) tinham, a respeito do material produzido pelo grupo.

Desse modo, por meio da realização de oficinas, tornou-se possível desenvolver um espaço seguro, em que experiências foram compartilhadas e uma articulação entre Universidade e SUS pôde efetivamente ser feita. Para Santana *et al*. (2021, p. 12) “a ação extensionista contribui na habilitação de multiplicadores de ações promotoras da saúde”; logo, diante de vivências reais, acadêmicos puderam colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, e compreender a partir de cada relato, os desafios e angústias relacionadas ao trabalho, refletindo junto às equipes sobre os caminhos que ainda precisam ser traçados para alcançar soluções mais respeitosas e humanizadas nesse contexto. Com tal possibilidade de realização extensionista, uma ponte entre trabalhadoras(es), SUS, e acadêmicos atuantes no PET Saúde foi criada, e a comunicação entre estes tornou real uma ampla reflexão sobre o contexto atual em que todos, de alguma forma, estão inseridos.

Portanto, por meio de tal experiência, obteve-se retorno positivo sobre a confecção da cartilha e das ações realizadas inicialmente, e tornou-se claro o quanto se faz urgente produzir propostas que visem a melhores condições de trabalho para os profissionais que atuam no SUS. Em cada fala, tornou-se perceptível a presença das dificuldades de se vivenciar situações de

pressão, assédio moral e formas distintas de violência e, por meio das oficinas, foi possível identificar as problemáticas existentes e, diante disso, refletir e buscar propostas e soluções mais efetivas por meio das ações do grupo PET Saúde.

As oficinas possibilitaram espaço de escuta e articulação entre SUS e universidade, promovendo reflexões sobre a violência no trabalho e a construção de alternativas com base nos relatos vivenciados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos uma experiência original quando articulamos a extensão universitária para além do espaço de formação, mas como estratégia crítica e situada de intervenção no território. A violência no ambiente de trabalho ainda é uma realidade marcante nos serviços de saúde do SUS. Como forma de romper a naturalização dessa realidade, diante dos impactos físicos, mentais e sociais que ela impõe aos trabalhadores, destacamos a produção de uma cartilha articulada com saberes dos profissionais atuantes da rede SUS e a realização de oficinas como estratégias voltadas à visibilização e conscientização da problemática.

A extensão universitária, nesse percurso, reafirmou seu papel enquanto ponte entre o saber acadêmico e a realidade vivida, sendo uma potente ferramenta de transformação social, de promoção do cuidado coletivo e de desenvolvimento da consciência crítica. O processo vivenciado por discentes e preceptores foi marcado pelo encontro com o sofrimento silenciado dos profissionais da saúde, por meio da criação de espaços de escuta, e gerou acolhimento e uma construção coletiva de alternativas práticas e simbólicas.

Reconhecemos que a presente experiência, embora rica, concentrou suas ações nos profissionais da Atenção Primária à Saúde. Como limitação e direção futura, aponta-se a necessidade de ampliar o escopo dessas intervenções para trabalhadores de outros níveis de atenção do SUS. Além disso, compreendemos ser crucial o desenvolvimento de estratégias de educação permanente direcionadas a gestores, gestoras e demais trabalhadoras, visando a um enfrentamento mais efetivo das violências e a coconstrução de um apoio institucional robusto que promova o reconhecimento das diversas formas de violência.

Percebemos, a partir das oficinas realizadas e em consonância com discussões como as de Pereira, Bertussi e Junqueira (2023), que a subnotificação dos casos, as complexidades no manejo das violências verticalizadas e institucionalizadas e o desconhecimento sobre estas constituem obstáculos importantes às estratégias de enfrentamento. Portanto, compreendemos que protocolos institucionais específicos, articulados às demais estratégias citadas são ações primordiais. Defendemos também a necessidade de ações permanentes e de articulação intersetorial. Enfrentar a violência no mundo do trabalho é um ato ético, político e necessário para a construção de uma saúde pública pautada na dignidade e no respeito, e para um 'esperançar' na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; FADUL, Fabiana Meijon. O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a Oficina de Intervenção Psicossocial. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 151-165, jan./jun. 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082015000100012. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4022, de 2023**. Altera o Código Penal para agravar penas em casos de homicídio e lesões corporais contra profissionais da saúde no exercício da profissão. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2463150. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 9 ago. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Normas Regulamentadoras – NRs**: segurança e saúde no trabalho. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs. Acesso em: 18 maio 2025.

DEMENT, John *et al.* Impact of hospital type II violent events: use of psychotropic drugs and mental health services. **American Journal of Industrial Medicine**, Nova Jersey, v. 57, n. 6, p. 627-639, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1002/ajim.22306. Acesso em: 19 maio 2025.

DUARTE, Lúcia Rondelo; CAMARGO, Lívia de Campos; SOARES, Nicole Trevisan. Violência no trabalho de profissionais de enfermagem na Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 48, n. 13, p. 01-13, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2317-6369/25221pt2023v48e13. Acesso em: 19 maio 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ); CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil**: relatório final. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2013. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/pdfs/relatoriofinal.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

GUARANY, Alzira Mitz Bernardes; NUNES, Jeovana Batista de Sousa; VALENTIM, Meiryellem Pereira. O assédio moral, as violências laborais no século XXI e as novas configurações do trabalho: ação sindical e saúde do trabalhador. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 28, n. especial, p. 503-521, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.29. Acesso em: 7 nov. 2026.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION; LLOYD'S REGISTER FOUNDATION; GALLUP. **Experiences of violence and harassment at work**: a global first survey. Geneva: ILO, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.54394/IOAX8567. Acesso em: 25 maio 2025.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002. Acesso em: 24 maio 2025.

MENDONÇA, Juliana Moro Bueno; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares; SANTOS, Marcelo Augusto Finazzi; MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. Violências no ambiente de trabalho: ponderações teóricas. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 30, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30176960. Acesso em: 25 maio 2025.

OLIVEIRA, Ane; D'OLIVEIRA, Ana Flávia. Gender-violence against the female nursing staff of a Brazilian hospital in São Paulo City. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 5, p. 868-876, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-89102008000500012. Acesso em: 20 maio 2025.

OLIVEIRA, Roberval; NUNES, Mônica. Violência relacionada ao trabalho: uma proposta conceitual. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 22-34, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/KyjfVWY9xBHnjN9QYRXvFCC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Approach**. [2024]. Disponível em: https://www.who.int/groups/violence-prevention-alliance/approach. Acesso em: 24 maio 2024.

PEREIRA, Lilian Sussumu; BERTUSSI, Valéria; JUNQUEIRA, Marina. Violência percebida no ambiente de trabalho dos profissionais de enfermagem na Estratégia Saúde da Família. **Research, Society and Development**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-10, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbso/a/bQzsJxsJPKZhvF4N4KvPwVN/?lang=pt. Acesso em: 25 maio 2025.

RIBEIRO, Sandra Fogaça; AMARAL, Priscilla Joyce; STALIANO, Pamela. Sofrimento Psíquico do Agente Comunitário de Saúde: revisão bibliográfica. **R. Laborativa**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 79-96, abr. 2015. Disponível em: http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa. Acesso em: 25 maio 2025.

SANTANA, Regis Rodrigues *et al*. Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 46, n. 2, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-623698702. Acesso em: 25 maio 2025.

SANTOS, Juliano *et al*. Violências relacionadas ao trabalho e variáveis associadas em profissionais de enfermagem que atuam em oncologia. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 12, p. 5955-5966, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14942021. Acesso em: 25 maio 2025.